

**A INFORMALIDADE DO TRABALHO DA JUVENTUDE NO BRASIL:
O QUE PENSAM OS INTEGRANTES DO SUBCOMITÊ DA AGENDA NACIONAL
DE TRABALHO DECENTE PARA A JUVENTUDE**

Enid Rocha Andrade da Silva

Técnica de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

Debora Maria Borges de Macedo

Assistente de pesquisa do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Disoc/Ipea.

Marina Morena Alves de Figueiredo

Assistente de pesquisa do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Disoc/Ipea.

Nanah Sanches Vieira

Assistente de pesquisa do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Disoc/Ipea.

Raissa Menezes de Oliveira

Assistente de pesquisa do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Disoc/Ipea.

No Brasil, a construção da Agenda Nacional do Trabalho Decente da Juventude (ANTDJ) se deu em um espaço de diálogo social tripartite, denominado Subcomitê da ANTdj. A existência desse espaço resulta dos esforços despendidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), pelo Ministério do Trabalho Emprego (MTE), pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e pelo Conselho Nacional de Juventude (Conjuve). Sua constituição demandou empenho de articulação e de diálogo entre o governo, as centrais sindicais e as confederações empresariais.

O Subcomitê da ANTdj é o espaço público, institucionalizado pelo governo brasileiro, que reúne os atores fundamentais para discutir e encontrar saídas que visam à redução da informalidade do trabalho da juventude brasileira. É composto por 32 representantes. Desses, treze são representantes dos mais diferentes ministérios que desenvolvem políticas públicas para juventude; quatro são representantes das principais confederações nacionais de empregadores; sete representam centrais sindicais de trabalhadores;¹ e outras sete instituições são do tipo organizações não governamentais envolvidas na área dos direitos do trabalho dos jovens, compreendendo também a OIT.

Encontrar caminhos para a inclusão, com qualidade, dos jovens no mercado de trabalho constitui-se no principal objetivo dos integrantes do Subcomitê da ANTdj. O alcance desse objetivo demanda de seus integrantes mais do que conhecimento sobre o entorno social, político e econômico do problema. Requer, principalmente, reflexões maduras sobre a melhor forma de enfrentá-los. Entre os principais resultados apresentados pelo subcomitê destacam-se a própria elaboração da Agenda Nacional de Trabalho Decente da Juventude, que contém propostas e prioridades acordadas entre os membros do comitê e os debates em curso em torno da elaboração do Plano Nacional do Trabalho Decente da Juventude, o qual conterà ações e estratégias para o alcance das prioridades estabelecidas na agenda.

Em dezembro de 2014 foram realizadas entrevistas com membros do Subcomitê da ANTdj, que destacaram o engajamento marcante com a promoção do trabalho decente de todos os entrevistados e a elevada dimensão de consensos entre representantes governamentais, de empregadores e de trabalhadores sobre as principais causas da precariedade do trabalho da juventude no Brasil.

Para os membros do subcomitê entrevistados, as causas para a elevada informalidade do trabalho de jovens relacionam-se a três questões: *i)* características do perfil dos jovens; *ii)* questões estruturais, culturais e históricas vinculadas ao modelo de desenvolvimento econômico e social do país; e *iii)* insuficiência

1. Embora o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) não seja central sindical, foi incluído entre esse grupo de representantes em razão de sua vinculação ao movimento sindical.

ou inadequação de políticas públicas de incentivo para a melhor inserção do jovem.

As entrevistas também revelaram que todos os entrevistados reconhecem que a diversidade de juventudes – gênero, raça, condição social, situação do domicílio, entre outros atributos – se expressa em desigualdades no acesso ao emprego formal e às melhores condições de trabalho. E não apenas isso. A maioria dos membros entrevistados apontou que o entrelaçamento das categorias gênero, raça e classe tem forte impacto na qualidade da inserção no mercado de trabalho dos jovens. Existe também uma visão compartilhada de que as recentes políticas públicas de ação afirmativa estão colaborando para a diminuição das desigualdades existentes no mercado de trabalho em relação aos jovens brancos.

Sobre a evolução da situação da informalidade do trabalho dos jovens, a maioria dos membros entrevistados afirmou perceber avanços nas políticas de trabalho para a juventude, com consequente redução da informalidade. Outra parcela dos entrevistados reconheceu ainda que houve impactos significativos para os grupos com maiores dificuldades de inserção no emprego formal, como mulheres e negros. Entretanto, nesse aspecto, os representantes de centrais sindicais discordam conjuntamente de que os avanços nas políticas tenham sido capazes de gerar impacto na redução da informalidade do emprego dos jovens brasileiros. Admitem que o governo tenha se empenhado no tema da juventude e indicam a criação da Secretaria Nacional de Juventude como um grande passo, mas não conseguem enxergar a efetividade das políticas atingindo de fato esse grupo da população.

Outra boa notícia mostrada pelas entrevistas refere-se ao fato de que todos os representantes entrevistados concordam com o fato de que suas respectivas instituições têm um papel importante a desempenhar na promoção do trabalho decente para a juventude. E não só isso. As entrevistas revelaram, com muita clareza, que há consciência do papel distinto de cada segmento em relação ao problema da informalidade do trabalho juvenil, e também reconhecem, quando e onde, empregadores, governo e trabalhadores devem atuar conjuntamente.

As ações e iniciativas que as diversas instituições – governamentais, confederações de empregadores e centrais de trabalhadores – desempenham para a redução da informalidade e do desemprego juvenil podem ser divididas em: *i)* desenvolvimento de políticas públicas; *ii)* desenvolvimento de estudos e pesquisas; *iii)* diálogo social; *iv)* controle social; *v)* ações de capacitação e qualificação profissional; *vi)* ações de mobilização e organização das categorias; e *vii)* ampliação de direitos.

SUMÁRIO EXECUTIVO